

Relato de Experiência (Ciências Ambientais)



CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO LITORAL DO PARANÁ

CHARACTERISTICS OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RELATIONS IN THE CONSERVATION UNITS AND TRADITIONAL COMMUNITIES OF THE COAST OF PARANÁ

 10.31072/rcf.v11i1.842

Luzia Maria Cristina de Souza 
Professora da Rede Municipal de Educação de Curitiba
lummasol@yahoo.com.br

Christiano Nogueira 
Professor da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral
christiano@ufpr.br

Luiz Fernando de Carli Lautert 
Professor da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral
luizlautert2@gmail.com

Helena Midori Kashiwagi 
Professora da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral
helenamkashiwagi@yahoo.com.br

Resumo: O presente relato de experiência analisou relações sociais e ambientais em Comunidades Tradicionais. Metodologicamente tratou-se de uma pesquisa social e exploratória em busca de uma abordagem da realidade de forma multidisciplinar para a construção do conhecimento pela visão holística. Objetivou apresentar uma abordagem dialógica que busca conhecer a problemática das questões ambientais por meio de descrições literárias das relações entre estas comunidades e a natureza. Exemplificou as relações entre as Unidades de Conservação e as Comunidades Tradicionais Caiçaras do Parque Nacional de Superagui, das Reservas Naturais de Sebuí e de Salto Morato localizadas no litoral do Paraná. Dessa forma, buscou-se chegar à análise da dicotomia que abrange tais relações, na expectativa de encontrar caminhos que amenizem os conflitos sociais, tragam melhores condições de vida nas comunidades e previnam prováveis ruínas sociais na perspectiva de uma melhor relação entre ser humano e ambiente.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Comunidades Tradicionais. Relações Socioambientais.

Submetido: 5 dez. 2019.

Aprovado: 24 jul. 2020.

Publicado: 12 ago. 2020.

E-mail para correspondência:

lummasol@yahoo.com.br

Este é um artigo de acesso aberto e distribuído sob os Termos da *Creative Commons Attribution License*. A licença permite o uso, a distribuição e a reprodução irrestrita, em qualquer meio, desde que creditado as fontes originais. Imagem: StockPhotos (Todos os direitos reservados).



Open Access

Abstract: The present experience report analyzed social and environmental relations in Traditional Communities. Methodologically, it was a social and exploratory research to seek a multidisciplinary approach to reality for the construction of knowledge through a holistic view. It aimed to present a dialogical approach that seeks to understand the issues of environmental issues through literary descriptions of the relationships between these communities and nature. It exemplified the relationship between the Conservation Units and the Traditional Caiçaras Communities of the Superagui National Park, the Sebuí and Salto Morato Nature Reserves located on the coast of Paraná. Thus, we sought to arrive at the analysis of the dichotomy that encompasses such relationships, in the expectation of finding ways that alleviate social conflicts, bring about better living conditions in communities and prevent probable social ruins in the perspective of a better relationship between human beings and the environment.

Key words: Conservation Units. Traditional Communities. Socio-environmental Relations.

Introdução

A proposta deste trabalho é pesquisar, refletir e contribuir com interpretações da realidade que construam ligações entre as ciências da vida e as ciências humanas. Como metodologia utilizou-se a pesquisa social e exploratória que segundo Gil ⁽¹⁾ trata-se de uma pesquisa que possibilita conhecer uma realidade social que permite esclarecer e modificar ideias. Refletir e construir abstrações que proporcionem novas possibilidades de resolução para os conflitos socioambientais, especificamente exemplificados entre as Comunidades Tradicionais (CTs) do Parque Nacional de Superagui (PNS), as Reservas Ecológicas de Sebuí e Salto Morato no litoral paranaense e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a partir da gestão ambiental (Figura 01).

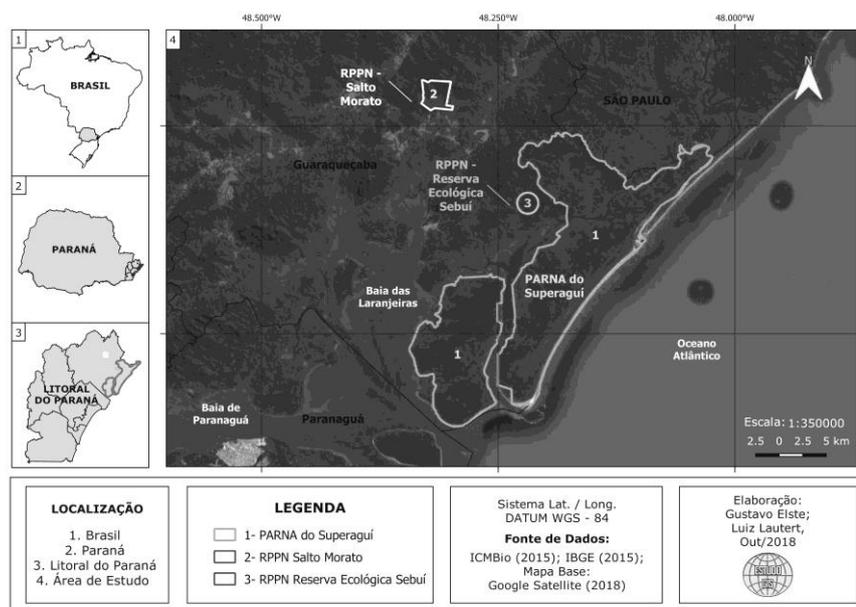


Figura 01. Mapa de localização das unidades de conservação

Em busca de fortalecimento para enfrentar as diferenças entre os favorecidos e os desfavorecidos, é necessário levantar novas ideias encadeadas ao raciocínio de Edgar Morin ⁽²⁾ na certeza de outras políticas, que permitam mudar o mundo a partir da problematização e da ligação dos conhecimentos, nos vários níveis de ensino da nossa época. Dessa forma, tencionando gerir os recursos naturais de forma conjunta entre as Unidades de Conservação (UCs) e as CTs, necessária se faz a reconstrução das concepções que se praticam hoje, inspiradas nas bases teóricas de Morin ⁽²⁾.

É preciso um movimento que desvende nossa visão de mundo ilusório à realidade. Nessa perspectiva, faz-se necessária a luta pelo discernimento que permita a problematização e promova a interligação de todas as partes de um contexto, incorporadas ao conhecimento. “Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constitui um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e interretroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes” ⁽²⁾.

Nesse mesmo raciocínio, as ciências ambientais devem ser integradas como parte que não pode ser excluída dos avanços sociais. Para construir uma sociedade pautada na sua realidade socioambiental é preciso aprender a refletir a respeito das inter-relações e interdependências que a permeia, edificada através da liberdade dos seus protagonistas, e contada de forma abrangente, sem a determinação dos detentores do poder, como fatos fixados pelos colonizadores que narraram a nossa história ⁽³⁾. Ainda segundo Leff ⁽³⁾ a teoria da complexidade seria como meio dessa libertação e do aprendizado para enxergar a realidade social e repensar sua construção.

Na contemporaneidade, há uma relação conflitante entre as UCs representadas pelo ICMBio e as Comunidades Caiçaras locais do litoral paranaense e das Ilhas pertencentes àquele território, em que existe o predomínio do desentendimento acerca do uso das reservas cerceadas para a sobrevivência e sustentabilidade do povo que nela vive. Este relato de experiência busca refletir a esse respeito e sobre as possibilidades de intervir de forma positiva.

O parque nacional de Superagui

O PNS, que faz parte das UCs no litoral do Paraná, foi alvo de imersão e pesquisas de campo realizadas nos dias 19 e 20 de maio de 2018. O trajeto percorreu o Canal do Varadouro, em uma travessia que abrangeu paradas em CTs Caiçaras. As Comunidades de Tibicanga na Ilha das Peças-PR, Ariri-SP, Vila Fantasma de Ararapira, Vila Barra da Ararapira-SP, a Praia Deserta e a Vila de Superagui na Ilha de Superagui-PR, todas localizadas no PNS e seu entorno, compuseram o cenário escolhido para nossas investigações. As Reservas Naturais de Sebuí e de Salto Morato, localizadas no município de Guaraqueçaba-PR, também foram alvo da nossa pesquisa realizada nos dias 23 e 24 de junho do mesmo ano. O diálogo de interação com as comunidades contribuiu para qualificar o presente trabalho.

As Ilhas de Superagui e das Peças pertencem ao PNS, compostas pelo exuberante ecossistema da Mata Atlântica, que contém um ambiente aquático de água salobra, formado pelo encontro da água do rio e do mar, nela inserida os manguezais, e a riqueza das restingas e praias, que complementam a paisagem. Mais conhecido como Lagamar de Iguape-Cananeia-Paranaguá, conforme o ICMBio, está entre os mais importantes ecossistemas costeiros do mundo. A área do PNS é de 33.860,36 hectares, onde oito comunidades, com fortes traços da cultura caiçara^{*1}, encontram-se no interior dos limites da unidade e outras 17 vivem no entorno imediato compondo as 25 comunidades do PNS.

Quando a UC Federal do PSN, localizada no município de Guaraqueçaba-PR, foi criada em 1989, as populações tradicionais que habitavam esse território não foram consultadas e consideradas. Além disso, outros fatores contribuíram para intensificar a invisibilidade e descaracterização da cultura local destes grupos sociais, o que resultou em um dos principais conflitos socioambientais da região.

Na busca da compreensão e da mediação desses conflitos socioambientais no PNS, essa imersão na realidade primou por reconhecer a fundamental importância das populações tradicionais, com seus sistemas de manejo dos recursos para a conservação da biodiversidade local, e procurou analisar a participação dos moradores da ilha na construção do plano de manejo, com os órgãos responsáveis por gerir as unidades, que temos como exemplo o (ICMBio).

* A cultura caiçara é constituída por habitantes tradicionais das regiões do litoral Sul e Sudeste brasileiro, povos mestiços entre índios, brancos e negros. Vivem da pesca artesanal, do trabalho na roça e do extrativismo vegetal, da agricultura, da caça, do artesanato e do ecoturismo e utilizam a banana e a mandioca como recursos alimentícios.

Pela abordagem crítica que enfatiza a inquietação com as demandas ambientais verificadas no contato e diálogo com as comunidades, faz-se relevante pautar a legislação e a literatura, como amparo e defesa da participação obrigatória das CTs nos processos de gestão ambiental pública nas UCs, como instituído pelo Plano Nacional de Áreas Protegidas em 2006. Considerável também deve ser a abordagem pedagógica que visa à formação do ensino para a Educação Ambiental transformadora que se renova por meio de opostos paradigmas e se reestrutura na luz de argumentações filosóficas que encontram na visão holística a compreensão das relações interdependentes.

Morin ⁽²⁾ apresenta seu raciocínio na convicção da relevância de enraizarmos em nós a identidade terrena que alimenta a consciência de humanidade e o sentimento de pertencimento à Terra, os quais permitirão a religação e a intersolidariedade nas relações humanas, promotoras de um movimento antagônico, que possam humanizar a globalização numa segunda globalização da alma e do coração. Dessa forma, tal pensamento se assemelha à insuficiente consciência coletiva que pesa sobre a nossa casa comum, nas palavras de Leonardo Boff ⁽⁴⁾ que argumenta que “trágico é o fato de que faltam instâncias de gerenciamento global dos problemas da Terra”. Para um planeta sustentável necessita-se de um cuidado essencial como ética, sendo assim, é imprescindível rever nossos hábitos de consumo e, para isso, é indispensável passar por uma alfabetização ecológica, que nos elucide a Terra como a casa comum que deve ser cuidada e salva pela política coletiva que se contrapõe ao velho arquétipo das nações hegemônicas.

Boff ⁽⁴⁾ sugere que só a ética do cuidado essencial acenderá o farol da confiança em um amanhã superior, com a construção de uma sociedade sustentável que vela os seres vivos e melhora a qualidade de vida humana, conserva a biodiversidade da Terra sem ultrapassar seus limites, modifica hábitos pessoais, permite o cuidado próprio do meio ambiente pelas comunidades, gerar uma estrutura nacional que integre o desenvolvimento e a conservação, constituindo assim uma aliança global.

Dessa forma, pretende-se encontrar uma maneira de sensibilizar a atuação humana com o predomínio da ética no trato com a natureza, diante dos complicados elos nas suas proporções culturais, políticas, econômicas e sociais, de maneira a encontrar um equilíbrio da ação humana na natureza.

A vivência dos moradores do Superagui

Acerca do histórico, garantias e regulamentos das (Áreas de Proteção Ambiental) APAs no Brasil, as áreas protegidas são tratadas como UCs, sendo que a primeira foi o Parque Nacional de Itatiaia em 1937 ⁽⁵⁾. A proteção do meio ambiente como um direito difuso é garantida no artigo 225 na Constituição Federal, e o marco regulatório foi instituído pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000, que divide as UCs em categorias de proteção de forma integral e as de uso sustentável.

Indispensável se faz relatar sobre as CTs. De acordo com Camargo (2016), atualmente há uma discussão em torno das legislações específicas, como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e CTs e o Plano Nacional de Áreas Protegidas, que reconhecem e garantem a permanência das CTs e as suas amplas participações no processo de gestão das UCs. Em âmbito federal, o ICMBio tem implementado a gestão socioambiental nas unidades com o objetivo, dentre outros, de resolver os conflitos com as CTs, utilizando metodologias participativas nos processos de gestão.

No entorno do PNS, que é uma área de preservação ambiental, habitam várias CTs, onde vivem há anos da pesca artesanal e do extrativismo, ou seja, da sustentabilidade que é definida por grupos ambientalistas. A respeito disso, Diegues ⁽⁶⁾ explica: “como princípio inerente à natureza, independentemente de sua relação com a sociedade e como forma de obter equilíbrio econômico na Terra por meio da sustentabilidade”, que está atrelada ao bem-estar da nossa sociedade humana, imersa no capitalismo e no desenvolvimento que chega para poucos.

Sob outra perspectiva, através de relatos dos moradores da Vila de Tibicanga, há constantes enfrentamentos neste local, ocorridos ao longo do tempo, por competição dessa mesma área, que envolvem os nativos da ilha e os pesquisadores do ICMBio, que controlam e cerceiam a presença e as atividades das CTs.

Em conformidade com relatos de moradores da Ilha de Superagui, os Povos e CTs se caracterizam como grupos culturalmente diferenciados, os quais possuem formas de organizações peculiares de ocuparem e usarem os recursos naturais como reprodução sociocultural, religiosa, ancestral e econômica. A esse exemplo, a pesca artesanal revela-se, como atividade culturalmente passada de pais para filhos e que perpassa gerações, norteadora dos seus antepassados, muito antes da formação da comunidade, quando naquelas terras plantavam mandioca e produziam farinha de

boa qualidade, por meio da atividade na roça. Em sua fala, o Sr. André^{1**} relatou: “A gente ensinou os filhos a pescar... Nossa família é grande, tenho muitos filhos e netos. Eles vivem em suas casas, espalhados pela ilha.... Já plantamos mandioca pela mata adentro.... Hoje não fazemos mais isso. Somos felizes aqui”. Por outro lado, a Ilha de Superagui, inserida em meio à exuberância dos resquícios persistentes da Mata Atlântica, pertencente ao PNS, onde faz fronteira entre o Paraná e o estado de São Paulo, revela a composição das restingas, manguezais, trilhas ecológicas e praias desertas, briófitas, bromélias, figueiras e maçarandubas, líquens que revelam a pureza do ar, cuja beleza desvenda a resistência da natureza nos dias atuais.

Relevante salientar elementos da vila de pescadores, da comunidade de Ariri, situada em São Paulo, encharcados de conhecimentos da pesca artesanal, transferidos aos seus descendentes, os quais se relacionam tranquilamente com a Mata Atlântica, composta pelo manguezal que abriga uma riqueza de fauna e flora. Tal santuário ecológico de Ariri atrai o interesse de pesquisadores de ecossistemas em Biologia e Oceanografia da USP. Os conhecimentos locais e tradicionais da comunidade pesqueira da Barra do Ararapira na Ilha de Superagui (Guaraqueçaba - PR) transmitem um complexo e dinâmico aprendizado que estão relacionados à observação empírica da natureza, como a posição e o estado da Lua no céu e a direção do vento ⁽⁷⁾.

Estar presente nessas paisagens nos oportunizou a percepção e a experiência singular de aprender através dos sentidos, e nos aproximar, de alguma forma, do conhecimento dos moradores locais, legado de anos de vivência. Assim, em busca da mesma apreensão, prosseguimos rumo à comunidade de Ararapira e Barra de Ararapira, ainda em território paulista. São diversos os esclarecimentos dos moradores das ilhas para a expropriação das terras de Ararapira, até serem reputadas como “Uma Cidade Fantasma”. No entanto, observa-se a questão de Ararapira ser um vilarejo histórico situado em um ponto altamente estratégico de comunicação entre São Paulo e Curitiba. Antigo povoado que muito prosperou com o comércio na região em meados do século XIX. Lembrando que Iguape era considerado um porto importantíssimo da região, com movimento maior do que o Porto de Santos; tal fator é crucial para entender o porquê de Ararapira ter se tornado uma Cidade Fantasma. Logo, uma das versões e a menos relevante refere-se à invasão das marés, apropriando-se do território e naturalmente amedrontando os moradores. Porém, o

** Os nomes apresentados são fictícios para preservar as identidades dos sujeitos participantes.

fator crucial está atrelado a disputas territoriais e jogos de interesses camuflados por quem detém o poder aquisitivo. Dessa forma, as leis ambientais criadas nas últimas décadas foram outros fatores que contribuíram com a saída dos moradores locais, assim como a relação que os caiçaras tinham com o mar e com a Terra. Com a proibição do extrativismo, muitos dos moradores tiveram que se readaptar ao seu sistema organizacional de vida. O êxodo rural foi a busca por adaptação em outras regiões e transformou a região em uma Cidade Fantasma. A não identificação das novas gerações com o mar e a Terra, é um outro elemento importante que está relacionado, pois os atrativos tecnológicos e urbanos estão também entre os motivos de tamanha evasão.

Por ser o Brasil um dos países com maior biodiversidade no mundo, cresce o índice de pesquisadores estrangeiros presentes nas UCs, estando a visitação e/ou pesquisa suscetíveis a critérios prévios, além de seguirem as disposições do plano de manejo. Destaca-se que, do grupo de Unidades de Proteção Integral, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas e os Parques Nacionais são constituídos de áreas públicas e para as áreas particulares que forem incluídas estarão sendo desapropriadas, segundo SNUC, ao passo que as áreas particulares no Monumento Natural e no refúgio da vida silvestre podem permanecer particulares, mas com a condição que seja possível ajustar os objetivos da unidade com o uso da região pelos proprietários ⁽⁸⁾. Tal situação explica o lamento da moradora de Tibicanga, que expôs claramente o seu temor de perder a interação com a natureza, suas terras, sua cultura e seu modo de viver com sua família.

Conforme relata a Sra. Maria: *“Vivemos aqui com nossas famílias e tenho medo de perder nossa moradia na ilha e a convivência entre todos nós”*. Para tanto, o ICMBio é responsável por propor, implantar, realizar a gestão, proteção, a fiscalização e o monitoramento das UCs instituídas pela União, para oportunizar o uso sustentável dos recursos naturais (principalmente por populações tradicionais), fomenta a pesquisa, exerce poder de polícia ambiental e promove, com outros órgãos, ações de uso público em UCs, quando permitidas. Logo, este artigo viabiliza informações elucidativas acerca da relação entre as CTs e as Ucs, formadoras de estruturas sociais, políticas e éticas, que possam integrar a ação humana, a cultura e a sociedade, e garantir às gerações futuras a preservação ambiental de forma homogênea e não segmentada.

Segundo Diegues ⁽⁶⁾, a concepção de manutenção da diversidade foi criada por países industrializados com o intuito de preservar as belezas cênicas naturais para o

turismo e a recreação, onde os parques desabitados têm suas populações humanas transferidas das áreas a serem preservadas. Esses mecanismos de manutenção, paradoxalmente, comprometem a diversidade cultural. Conforme estudos de 1990 e 1992, os grandes coletores, pescadores e etnias indígenas são os verdadeiros responsáveis por manter a biodiversidade da qual dependem para sobreviver. Em países desenvolvidos, os vínculos culturais de povos tradicionais e a dependência foram os fatores preponderantes para a preservação de suas áreas naturais. Neles, desenvolveram sistemas engenhosos de manejo, através das populações locais, que com respeito a esses ambientes e em prol da manutenção da vida com qualidade, optaram pelo uso racional dos bens naturais ⁽⁶⁾.

Por fim, ao atentar à Ilha da Cotonga onde se encontra uma comunidade indígena Guarani “Mbyá”, notam-se vivos a tradição e os costumes de gerações passadas. Em uma Escola Indígena ocorreu o contato, por meio da etnografia e por intermédio de uma roda de conversa, revelador da tradição da cultura indígena e da inserção e oportunidade de estudos, as quais os tornaram conhecedores de muitos idiomas, conforme relatos dos interlocutores e integrantes da aldeia. No diálogo a respeito dessa escola, o Cacique José da tribo Mbya-Guarani reconheceu a importância da educação formal para sua comunidade nos seguintes dizeres: *“Nossas crianças gostam de estudar e gostam da escola. Elas aprendem muito aqui. Têm respeito uns com os outros, rezam, cuidam da escola e da aldeia. Nossas crianças estudam várias línguas”*. Destaca-se a relação humana com a natureza, em meio a um misto de sentimentos e formas de viver tão diferentes; a fé estampada na “Casa de Reza”; o respeito comunitário; a fonte de renda artesanal que retrata a criatividade, o trabalho, a arte, os princípios culturais, e outras formas de sobrevivência; a conservação da escola e da casa de livros sinalizam a importância da educação e da cultura, garantidas às crianças, aos jovens e aos adultos da aldeia.

O Sebuí e o Salto Morato

As reservas de Sebuí e Salto Morato, ainda intactas, alvo das pesquisas de campo realizadas nos dias 23 e 24 de julho de 2018, contam com grande empenho por parte de órgãos federais e órgãos particulares respectivamente, para manter preservados esses resquícios da nossa Floresta Litorânea Costeira. Conforme explica Sibuya et al. ⁽⁹⁾, desde a sua descoberta, essas Florestas sempre foram alvo do extrativismo, por conta das suas riquezas naturais, e ainda hoje há discussões a

respeito das relações antagônicas entre os esforços conservacionistas e a democratização do acesso aos recursos naturais, às CTs pertencentes especificamente ao litoral paranaense. Tais comunidades encontram-se fragilizadas devido à atuação da ESEC (Estação Ecológica), da APA de Guaraqueçaba-PR, de ONGs (Organizações Não Governamentais) que exigem o cumprimento das leis Ambientais, opositoras à harmonia entre o ser humano e o planeta Terra, que favorece a conservação e a liberdade de as comunidades garantirem suas demandas, em ambiente próprio e de forma digna.

Trazemos ao debate Boff ⁽¹⁰⁾, convicto do ser humano como indivíduo social e político. Por essa razão, ele explica que as pessoas e seus interesses coletivos foram submetidos aos interesses do capital e do mercado, o que fez perder o sentido oriundo de sociedade. Hoje tudo gira em torno dos benefícios do mercado com a globalização, entretanto, para se formar uma sociedade sustentável, a harmonia social deve constituir-se de uma economia submetida à política dirigida pela ética baseada em valores inerentes aos seres humanos.

As primeiras UCs do Litoral do Paraná surgiram em 1981 ⁽⁹⁾. A Estação Ecológica de Guaraqueçaba foi criada em 31 de maio de 1982, pelo Decreto nº 87.222, composta dos mangues nas diversas ilhas, do Sambaqui nas Baías dos Pinheiros e Guaraqueçaba e na Enseada do Benito ⁽⁹⁾. Em 31 de janeiro de 1985, o decreto Federal de nº 90.883 criou a APA de Guaraqueçaba, com o fim de proteger as raras espécies de animais dos resquícios da Floresta Pluvial Atlântica, suas comunidades caiçaras, como também de controlar e de estabelecer regras de uso e de ocupação do solo e do ecossistema daquela região. Na década de 90, surgiram várias ONGs no Litoral do Paraná, dentre elas a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem (SPVS). Em 1994, através do Decreto 4.262, o Paraná instituiu a UC de nome Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). E em seguida, a Fundação Boticário comprou em Guaraqueçaba uma grande área e concebeu a Reserva Natural Salto Morato ⁽¹¹⁾.

O trabalho de campo na RPPN de Sebuí e na Reserva Natural de Salto Morato no município de Guaraqueçaba teve sua relevância ao proporcionar o contato direto com visadas áreas de preservação, e ao oportunizar o conhecimento e o reconhecimento desse ambiente ainda intacto, parte da significativa imensidão devastada da nossa Mata Atlântica. Ao percorrer tais santuários, titular de paisagem atrativa para turistas e pesquisadores do mundo inteiro, foi possível entender a magnitude de manter preservado esse ecossistema para o equilíbrio ecológico local.

A Vila de Sebuí, (RPPN) Reserva Particular de Patrimônio Natural, situada na Baía dos Pinheiros, a pouco mais de 30 km do Pontal do Paraná, é pertencente ao município de Guaraqueçaba. Para chegar ali, somente pelas lanchas que atravessam o mar e nos conduzem, à água salobra, habitada por golfinhos e botos, que graciosamente nos acompanham pelo percurso. Margeando o manguezal, chegamos a Sebuí. Iniciamos nosso percurso em solo lodoso do mangue e habitado pelos caranguejos que pareciam “brincar” de se esconder nos buracos daquele solo, ao menor sinal da nossa presença. Percorremos uma trilha, conduzidos pelo Sr. João, já bastante transitada por turistas, e que nos deu o acesso e o privilégio de desfrutar do frescor, da limpidez e da pureza da água cristalina das piscinas naturais, parte do exuberante cenário e das nossas felizes descobertas. Local indescritível e aguçador de sensações inenarráveis, dono de uma queda forte d’água, que ficará para sempre na memória, com a esperança de se manter por longos anos, para o equilíbrio do ecossistema e o encantamento das futuras gerações.

Na Reserva de Sebuí, ocorrem conflitos há muitos anos, que vêm da criação de Leis Ambientais preservacionistas impostas pelas ONGs e Instituições Governamentais fomentadoras de rivalidades entre a CT e os conservacionistas com seus interesses territoriais.

Para compreender tantas disputas, é preciso entender a história do município de Guaraqueçaba, conhecido por possuir a beleza natural tanto do mar como da Terra. Nas décadas de 1980 e 1990, as Leis Ambientais se intensificaram, enquanto ONGs contavam com a força da mídia para divulgar a importância de áreas preservadas e intensificarem suas ideias conservacionistas. Faz-se relevante mencionar que em Sebuí - Guaraqueçaba, as famílias tradicionais que já ocupavam essas terras foram daí remanejadas e passaram a residir na beira do mar, com a aplicação das leis conservacionistas. O Sr. João mencionou: *“Quando a gente morava lá no Rio dos Patos, a gente plantava de tudo, tinha a produção da roça, e sobrevivia do que a natureza dava e não faltava nada... e a natureza sempre foi preservada”*.

Tendo em vista que a região é conhecida pelo potencial turístico, belezas naturais, dentre outros atrativos, e que a preservação ambiental figura como pretexto para outros possíveis interesses, percebe-se que há nas relações das CTs de Sebuí constantes enfrentamentos pelo território. O rigor das leis nas CTs foi intensificado em 2000, pelas leis aprovadas pelas autoridades governamentais. Contudo, movimentos sociais viabilizam ações pelas CTs em apoio aos pescadores artesanais. Percebe-se, dessa forma, uma relação de conflito entre a Reserva

Ecológica do Sebuí e a comunidade local, pela qual os moradores nutrem a afeição de pertencimento. Para tal garantia, as Reservas Extrativistas têm a legislação que protege o direito da comunidade de permanecer na área e usufruir dos recursos naturais.

Entretanto, o Sr. João relatou em uma conversa ser sócio da reserva ecológica de Sebuí, em parceria com o “estrangeiro”, e enfatizou o conflito territorial ao revelar a impossibilidade da entrada dos moradores da comunidade na reserva, determinada pelo outro sócio. Residem hoje nessa comunidade, em meio a esse cenário “conflituoso”, 15 famílias pertencentes a essa região que, recentemente, perderam o acesso à escola na comunidade, tendo as crianças que se dirigirem à escola de Tibicanga, que é a comunidade mais próxima para estudarem, distante a aproximadamente 8 km.

Relevante se faz lembrar que, antes das UCs, essa região já se encontrava preservada, mesmo dispondo dos recursos naturais para a sobrevivência da CT, diante dos costumes dos nativos, conhecedores dos ciclos da natureza e conscientes dos seus princípios vitais. Por isso, ainda hoje contempla-se nessa região uma natureza exuberante formada por cachoeiras do rio afluente de Sebuí e percebe-se a importância da preservação ambiental, por todos e para o bem do Planeta Terra. Segundo o Sr. João, essa comunidade local pratica um sistema de cultivo ao redor das casas parecido com a Agrofloresta, onde as bananeiras, as ramas, os tubérculos, feijão, cana, abóbora, pepino de rato, milho e até algumas espécies de hortaliças são cultivadas nos “quintais das casas”, e mais uma vez reafirma a ideia do ambiente como meio do qual a sociedade extrai os recursos essenciais à sobrevivência, e onde é possível um ambiente saudável capaz de regenerar-se e manter a vegetação natural.

Podemos ressaltar, assim, como pontos que estabelecem relações entre a reserva ecológica de Sebuí e as CTs, por um lado o turismo, a natureza, a fauna e flora, e a relação do ser humano com a Natureza; e, por outro, a cultura caiçara. A expectativa é de que tais questões ambientais que envolvem conflitos territoriais e leis conservacionistas sejam resolvidas por meio de uma visão holística capaz de perceber a Natureza, como sinônimo de qualidade de vida independente dos interesses pessoais, profissionais, empresariais e governamentais.

A área particular de Salto Morato, encontra-se a 20 km do município de Guaraqueçaba, onde visitamos a atrativa e gigante cachoeira, com seus 80 metros de raríssima beleza, detentora de preciosas espécies da zoobotânica, dentre várias,

reconhecidamente em extinção. Pudemos sentir a confortável temperatura daquela Floresta com árvores frondosas e gigantescas e espessa vegetação de espécies variadas e em abundância. Dentre os arbustos observamos, bromélias e palmeiras e dentre as trepadeiras, as bromélias e orquídeas estavam presentes. Foi possível reconhecer a presença de figueiras, palmeiras, palmitos e diversos tipos de cipós, dentre várias outras espécies com suas belíssimas flores e matizes. Toda essa composição foi-nos apresentada pelo Sr. João com explicações bastante detalhadas da morfologia e função.

Segundo Sibuya et al. ⁽⁹⁾, “o litoral paranaense é constituído por um mosaico de UCs, comporta categorias de Uso Sustentável e de Proteção Integral, em âmbito federal, estadual, municipal e privado. É a maior área contínua de floresta original do Estado do Paraná. No ano de 2006, possuía 82,48% do território coberto por UCs e/ou áreas protegidas. A criação de áreas legalmente protegidas, que segue o exemplo norte-americano com o primeiro parque nacional do mundo, *Yellowstone*, criado em 1872, guarda a intenção preservacionista de salvar resquícios da natureza, contra a ação devastadora do capitalismo, contrapondo o desenvolvimento sustentável do território em benefício das comunidades nativas que requerem a conservação dos recursos naturais, como meio de uso comunitário. O que se busca é um equilíbrio das relações entre os detentores administrativos e as CTs para que se instale a justiça ambiental, de modo a permitir a democratização do uso dos recursos naturais, hoje limitados ao domínio de uma minoria.

A crise ambiental gerou uma ressignificação de ambiente na visão do desenvolvimento humano que reintegra valores éticos e estéticos, saberes, questões sociais e a complexidade do mundo subjugada pela modernização ⁽³⁾. Precisamos de nos submeter a uma metamorfose que permita construirmos uma nova forma de nos relacionarmos com a natureza e os demais sujeitos considerando o respeito a princípios democráticos e ao que o planeta pode nos oferecer ⁽¹²⁾. Os fundamentos presentes na produção são problematizados pela temática ambiental que direciona para uma ruptura com o atual paradigma econômico da modernidade que possibilite um novo futuro respeitando os limites da natureza com a produção de novos sentidos sociais e de criatividade do ser humano ⁽¹²⁾.

Apontamentos finais

As visitas às UCs ao longo da disciplina Áreas Naturais Especialmente Protegidas aguçaram a iniciativa de busca de soluções para os conflitos socioambientais, pois nos despertam para os problemas que existem e nos movem a buscar soluções como professores no âmbito escolar, com nossos alunos. Posto isto, a proposta do recente trabalho dispõe dados que aclaram o elo relacional entre as CTs e as Ucs e os temores de seus moradores de perderem suas terras, a integridade e a convivência com suas famílias. Diegues ⁽⁶⁾ sustenta que dentre as preocupações relativas às relações humanas com a natureza e entre si, a principal é a da construção de sociedades justas e sustentáveis, orientadas na harmonia da convivência social e com a natureza e pautadas na preservação da biodiversidade e das diferenças culturais.

Dessa forma, pretende-se disseminar o conhecimento, como indispensável ingrediente integrador, a fim de alicerçar sustentáculos, ligados à realidade entre a ação humana, a cultura e a sociedade capaz de reconquistar garantias das práticas tradicionais, da prática agrícola, da organização comunitária, da assistência à Maricultura, de melhores relações e ampliação do conhecimento sobre os processos de gestão do PNS, do aumento da quantidade e qualidade de recursos pesqueiros e do valor de venda, e do acesso à energia elétrica. Todos esses são detalhes mencionados por Camargo ⁽⁵⁾, assim como garantir às gerações futuras a preservação ambiental de forma homogênea e não segmentada.

Referências

1. Gil AC. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas; 2008.
2. Morin E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2017.
3. Leff E. Saber Ambiental. Sustentabilidade - Racionalidade - Complexidade - Poder. 8ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; 2011.
4. Boff L. Saber Cuidar. Ética do humano - compaixão pela terra. 20ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; 2014.
5. Camargo JMA. O Plano de Manejo e a Participação Social: O Caso do Parque Nacional do Superagui e a Comunidade de Barbados [Monografia]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 2016.

6. Diegues AC. Sociedades e comunidades sustentáveis. São Paulo: Artigos Nupaub - USP; 2003. [citado 20 de set. 2018]. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>.
7. Rainho APA. Gente Vive no Mar: saberes oceanográficos na comunidade tradicional Barra da Ararapira [Dissertação]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 2015.
8. Brasil. Presidência da República. Lei Federal Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. [citado 20 de set. 2018].
9. Sibuya NJ, Schwartzman LFG, Quadros J, Espínola AM, Souza J. A dicotomia entre a conservação e o reconhecimento e fixação das comunidades tradicionais: um estudo de caso na APA de Guaraqueçaba - PR. In: 2ª Jornada: questão agrária e desenvolvimento, Projetos Sociais e Políticas Públicas em Disputa, UFPR, Curitiba, 2013.
10. Boff L. Sustentabilidade. O que é - O que não é. Petrópolis: Editora Vozes; 2015.
11. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). Sobre a SPVS. Curitiba: SPVS; 2013 [citado 20 de set. 2018]. Disponível em: <http://www.spvs.org.br/sobre-a-spvs/>
12. Nogueira C. Contradictions in the concept of sustainable development: An analysis in social, economic, and political contexts. Environmental Development. 2019;30:129-135. <https://doi: 10.1016/j.envdev.2019.04.004>